



Revista Brasileira de História

ISSN: 0102-0188

rbh@edu.usp.br

Associação Nacional de História

Brasil

Corrêa Bernardo, Cristiane Hengler; Barbosa Leão, Inara
Formação do jornalista contemporâneo: a história de um trabalhador sem diploma
Revista Brasileira de História, vol. 33, núm. 65, 2013, pp. 337-358
Associação Nacional de História
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26327840014>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Formação do jornalista contemporâneo: a história de um trabalhador sem diploma

*The training of the contemporary journalist:
the history of a worker without a degree*

Cristiane Hengler Corrêa Bernardo*

Inara Barbosa Leão**

RESUMO

Reconstituir e analisar o contexto em que a profissão de jornalista se desenvolveu no Brasil e as influências que sofreu é o objetivo deste artigo que, por meio do materialismo histórico dialético, pretende explicar o processo pelo qual a situação contemporânea se configura como síntese. Essa contextualização torna-se fundamental para a compreensão dos conflitos de interesses políticos e econômicos que determinaram a configuração histórica dessa profissão e do controle sobre a atuação do profissional que a exerce. Revela ainda como as mudanças técnicas alteraram a sua base material de produção e, necessariamente, geraram novos conceitos, que compuseram a sua superestrutura nos diferentes períodos sociais, econômicos e políticos, tornando possível observar os objetivos relacionados a tais mudanças.

Palavras-chave: trabalho; jornalista; história da imprensa.

ABSTRACT

Reconstructing and analyzing the context in which the journalistic profession has developed in Brazil and the influences on it are the purposes of this article, which aims through the historical and dialectical materialism, to explain the process by which the contemporary situation is configured. This context is fundamental to understanding the conflicts of political and economic interests that determined the historical setting of this profession and the control over professional practice. The results indicate how technological changes altered its material base of production and have generated new concepts, which have become parts of its superstructure in different social, economic, and political periods.

Keywords: work; journalist; history of the press.

* Universidade Estadual Paulista (Unesp). Campus de Tupã. Av. Domingos da Costa Lopes, 780, Jd. Itaipu. 17602-496 Tupã – SP – Brasil. cristiane@tupa.unesp.br

** Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Cidade Universitária, s.n., Caixa Postal 549. 79070-900 Campo Grande – MS – Brasil. inarableao@hotmail.com

É no mínimo um contrassenso dizer que a imprensa que noticia diariamente, em capítulos, a história de uma sociedade não imprima em suas páginas a história do profissional que a faz. É certo afirmar que essa história não está estampada em letras garrafais nos jornais e revistas, nem nos textos reduzidos dos telejornais, não pode ser ouvida nas rádios e nem ao menos pode ser lida nos jornais *on line*. Todavia, é mais correto ainda pensar que, mesmo não sendo essa a pauta, a imprensa retrata, em suas entrelinhas, a história de uma profissão marcada pela censura desde a sua mais tenra idade.

A constatação retratada neste artigo é fruto da tese *Educação Jornalística: entre a cruz da academia e a espada do mercado*,¹ defendida em 2010 junto ao programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, na linha de pesquisa educação e trabalho.

Reconstituir e analisar o contexto em que a profissão de jornalista se desenvolveu no Brasil e as influências que sofreu é o objetivo deste artigo que, por meio da abordagem metodológica do materialismo histórico dialético, pretende explicar o processo pelo qual a situação contemporânea se configura como síntese.

Essa contextualização torna-se fundamental para a compreensão dos conflitos de interesses políticos e econômicos que determinaram a configuração histórica dessa profissão e que, consequentemente, introduziram o controle sobre a atuação do profissional que a exerce. Revela ainda como as mudanças técnicas alteraram a sua base material de produção e, necessariamente, geraram novos conceitos, que compuseram a sua superestrutura nos diferentes períodos sociais, econômicos e políticos, tornando possível observar os objetivos relacionados a tais mudanças.

É imprescindível fazer aqui uma breve intervenção para apresentar uma distinção necessária entre jornalismo e imprensa, de forma que se possa ter clareza das suas relações e, até mesmo, de suas contradições. Segundo Genro Filho (1987), a imprensa é o corpo material do jornalismo, o processo técnico do jornal – que tem sua contrapartida, por exemplo, na tecnologia do rádio, da televisão e da internet, resultando um produto final que pode ter linguagens distintas, de acordo com o veículo de comunicação ao qual se destina. O jornalismo, por sua vez, é uma modalidade de informação que surge sistematicamente destes meios para suprir certas necessidades histórico-sociais.²

A escolha da imprensa como espaço a ser analisado neste artigo justifica-se pelo fato de se configurar como o local de exercício laboral para o jornalista. Sendo assim, torna-se necessário localizar esse jornalista enquanto sujeito histórico, ao longo das etapas de desenvolvimento da imprensa, para que se possa analisar não apenas sua prática profissional mas, principalmente, os contextos sociopolíticos e econômicos atravessados pela profissão e que, consequentemente, refletiram e sofreram reflexos na formação desse profissional.

É preciso ter claro que o sentido de imprensa utilizado aqui não se refere estritamente ao jornal impresso, mas à imprensa como um todo. Ocorre que o trabalho foca mais o jornal impresso, por este se configurar como o primeiro veículo de comunicação de massa constituinte da imprensa.

Antes presente apenas nos jornais impressos, o jornalismo foi ganhando espaço nas rádios, na televisão, nas revistas, nas assessorias de imprensa e, mais recentemente, na internet. Percebe-se que as transformações do jornalismo se deram no lócus material por intermédio dos novos meios de comunicação, embora esse não tenha sido o único local. Também está presente com uma mudança quase que regular, na superestrutura, no que tange aos objetivos da sociedade capitalista.

Para compreender as contradições responsáveis por essas transformações, não com intenção de suporte teórico ou metodológico, mas sim para corroborar a discussão sobre o fato de que o controle sobre a profissão de jornalista sempre esteve presente ao longo da história, apresenta-se a trajetória do jornalismo mundial concebida por Neveu (2001) e que pode ser resumida em: gênese da profissão; evolução da sua morfologia; quadros e constrangimentos organizacionais em que se desenvolve o exercício do jornalismo; escrita jornalística como forma específica de discurso, poderes do jornalismo e, finalmente, crises e renovação do jornalismo.³

Neveu (citado em Serrano, 2003) aborda ainda o fato de que as técnicas jornalísticas e os conceitos originários da Grã-Bretanha e, sobretudo, dos Estados Unidos da América – como a centralidade factual; o predomínio da objetividade; o utilitarismo; a atividade empresarial e, por fim, uma profissionalização forçada – influenciaram intensamente o jornalismo brasileiro e seu profissional.⁴

As práticas e essa profissionalização a que o autor se refere nascem com a informação vista como mercadoria e de sua autonomia como atividade social

no século XIX. É nessa ordem que surge um novo tipo de discurso no jornalismo: a notícia, presente ainda nos dias atuais. A notícia, ‘um produto à venda’ como define Medina,⁵ é fruto do sistema capitalista, e todas as suas transformações, portanto, acompanham as mudanças desse sistema.

Nesse sentido, pode-se constatar que com a industrialização, o crescente êxodo rural e o consequente crescimento urbano, os jornais, primeiros representantes da chamada comunicação de massa, tornam-se produtos altamente comerciais e fazem surgir a atividade profissional do jornalista.

As técnicas promovidas, a partir de então, no jornalismo, transformam o texto, anteriormente opinativo, em um texto neutro, imparcial, com base na objetividade. Esse padrão norte-americano e inglês de um jornalismo informativo, com demarcações claras por meio da divisão das notícias em editorias, delimitando o que é opinião e o que é informação, passa a ser preponderante no século XX, e faz nascer ... o *jornalismo informativo* ou, se preferirmos, o ‘jornalismo por excelência’ (Genro Filho, 1987, p.167. Grifo no original)

A análise feita por Traquina (2005), que também se refere à criação de um novo jornalismo no século XIX, aborda mais um aspecto: o público.⁶ Os jornais norte-americanos aderiram ao conceito de *Penny Press* (baixo valor de venda) e passaram a vender um exemplar a um centavo, conseguindo assim aumentar a circulação dos jornais a preços irrisórios. Com isso, angariaram um público mais amplo e generalizado. É assim que surgiu nos Estados Unidos, em 1833, aquele que é considerado o primeiro jornal de massa: o *New York Sun*, seguido em 1835 pela criação do *New York Herald* e, posteriormente, em 1836, na França, pelo *La Presse*.

Todos esses jornais publicavam notícias cotidianas, como crimes, processos de justiça, catástrofes e outros temas do dia a dia das cidades, sem uma linha sequer de opinião. Consolidaram assim o jornalismo informativo como o discurso da imprensa no século XX.

O *La Presse*, que era conhecido por sua tradição de longos artigos de cunho político, passou a oferecer ao público francês um jornal com notícias da moda, furos de reportagem e culinária, mas a principal inovação do periódico foi a introdução dos folhetins, que proporcionavam uma leitura de entretenimento e causaram muito entusiasmo na época. Em suma, o *La Presse* contribuiu decisivamente para consolidar esse novo conceito de jornalismo, que

promove uma valorização do fato em detrimento da opinião. Colaborou assim para o surgimento de uma função muito específica dentro do jornalismo: o repórter, que passa a ser caracterizado como o detentor de técnicas objetivas e neutras para o relato dos fatos.

Esse modelo ganhou espaço não apenas no jornalismo norte-americano e europeu, foi absorvido também pelo jornalismo mundial como sinônimo de melhor prática jornalística e, dessa forma, produziu novos formatos jornalísticos, como, por exemplo, a reportagem da Guerra Civil Norte-Americana (1861-1865). Só o *New York Herald* enviou para fazer essa cobertura mais de sessenta correspondentes.

A entrevista, nessa fase, também ganhou as páginas dos jornais e tornou-se uma prática comum, assim como a simples comunicação dos fatos. Esse jornalismo, puramente informativo, passa a ser arduamente defendido, principalmente, pelas agências de notícias como a *Associated Press* e a *Reuters*, fundadas, respectivamente, nos Estados Unidos em 1844 e na Inglaterra em 1851.

É nesse período também que a imprensa sensacionalista ganha espaço e, segundo Traquina (2005), o modelo passa a ser utilizado como verdadeiro instrumento de socialização na tarefa de agregação da sociedade norte-americana. Com esse mesmo objetivo surgem as técnicas do *Lead*⁷ e da Pirâmide Invertida.⁸ Utilizadas pela primeira vez em 1861 pelo *New York Times*, essas técnicas foram prontamente apropriadas pelos jornais sensacionalistas e pelas agências de notícias do mundo todo.

A forma como o capital utiliza seus recursos materiais e superestruturais de maneira coordenada e complementar com o intuito de aumentar sua margem de lucro é evidente. De um lado, tem-se a industrialização atrelada à urbanização e ao processo de alfabetização; do outro, uma maior produção de jornais, possibilitada pelas novas tecnologias e por menores custos.

Fica claro também o objetivo de utilização da imprensa como instrumento de controle. O uso da imprensa pelos Estados Unidos no intuito de controlar situações novas – como a população negra liberta e o grande número de europeus que imigravam para o Novo Mundo em busca de oportunidades ou fugindo das grandes guerras – pode ser um exemplo disso. Essas duas parcelas da população, sentindo-se marginalizadas, poderiam surgir-se contra a organização estatal e atentar contra o discurso em prol da democracia.

Assim, um discurso oficial, divulgado pela mídia, pregava que a imprensa estava fazendo o papel de mediadora entre governo e sociedade visando à inclusão social. Todavia, o discurso da inclusão, na verdade, era utilizado como argumento democrático contra as possibilidades de surgimento de uma contra-hegemonia. E, como os interesses políticos de controle social ofereciam à mídia vantagens de maiores lucros, a imprensa americana, sem questionar, deixou-se utilizar e ao mesmo tempo fez uso disso para aumentar ainda mais as suas possibilidades de ganho.

O mercado da comunicação de massa incrementa a indústria da publicidade, e esta se torna o principal sustentáculo das empresas jornalísticas. Os jornais têm de vender e ampliar cada vez mais o seu público e, para isso, são utilizadas estratégias de comunicação. No entanto, essas estratégias se contrapõem constantemente à vertente educativa da imprensa e à função social do jornalismo de informar, educar e denunciar os abusos do poder público, das organizações e da sociedade de maneira geral, mas vão ao encontro do modelo industrial adotado pela imprensa na produção do jornal. Genro Filho (1987) reforça essa ideia quando afirma que

o jornalismo, que é o filho mais legítimo desse casamento entre o novo tecido universal das relações sociais produzido pelo advento do capitalismo e os meios industriais de difundir informações, isto é, o produto mais típico desse consórcio histórico, não é reconhecido em sua relativa autonomia e indiscutível grandeza. De um lado, ele é visto apenas como instrumento particular da dominação burguesa, como linguagem do engodo, da manipulação e da consciência alienada. Ou simplesmente como correia de transmissão dos *aparelhos ideológicos de Estado*, como mediação servil e anódina do poder de uma classe, sem qualquer potencial para uma autêntica apropriação simbólica da realidade. De outro lado, estão as visões meramente descritivas ou mesmo apologéticas – tipicamente funcionalistas – em geral suavemente coloridas com as tintas do liberalismo: a atividade jornalística como *crítica responsável* baseada na simples divulgação objetiva dos fatos, uma *função social* voltada para o *aperfeiçoamento das instituições democráticas*. Na linguagem mais direta do mestre (Durkheim), “uma atividade voltada para a denúncia e correção das patologias sociais”, portanto, para a coesa e a reprodução do estado *normal* da sociedade, ou seja, o capitalismo. (Genro Filho, 1987, p.37. Grifos no original)

Nesse modelo de jornalismo apresentado, a pergunta se torna inevitável: qual é o jornalista que se cria a partir de então? Para Neveu (2001) esse jornalista moldado no modelo americano não é o que ele chama de artista ou mesmo de integrante de partidarismo político, mas sim um profissional assalariado que recebe por seu rendimento.

A história da imprensa responde como se chegou a esse modelo atual, uma vez que o antecessor do jornalista moderno surgiu muito tempo antes, na Itália, no século XIII. Nesse período o povo que vivia na Costa Ocidental, rico pela mercantilização do comércio com os Árabes, criou uma nova forma de organização social baseada na aglutinação urbana, no comércio de troca e em lutas de classe que, depois, também atingiu todo Continente Europeu, conhecida como Burguesia.

Surgiu com o mercantilismo a necessidade de divulgar os produtos comercializados e os interesses dos grandes comerciantes e banqueiros e, então, para atender esses objetivos, foram criados os chamados *Avisis*, pequenos folhetos manuscritos considerados os antecessores dos anúncios publicitários de hoje. Os redatores de *Avisis* fizeram disso profissão e assim nasceu, no Continente Europeu, o modelo que antecede o jornalismo moderno, com enfoque na publicidade e, por consequência, em interesses econômicos.

Pode-se dizer que nasceu com esse modelo a principal contradição sobre a função do jornalismo. Ora, se a atividade jornalística surge para atender as necessidades do mercantilismo, o que se configurou, na verdade, foi a atividade publicitária, na sua forma mais pura de ideologia mercantil.

Assim o jornalismo se desenvolve, trazendo no seu bojo características próprias do livre comércio, ao mesmo tempo em que o discurso ideológico tenta revesti-lo com uma roupagem de prestador de serviço e de representante do interesse público, independente dos interesses das classes dominantes. Com esse modelo de relações sociais do século XIII surge não apenas o antecessor do jornalista moderno, mas, principalmente, a sua maior crise de identidade. Esta irá acompanhá-lo até os dias atuais.

Em solo alemão (antiga Prússia) também surgiu, quase ao mesmo tempo dos *Avisis*, as *Zeitung*, pequenos folhetos com avisos da classe dominante. Apesar de ser considerado um trabalho intelectual por ser produzido com a linguagem escrita, de domínio de poucos, era um trabalho de mera

reprodução, uma vez que o conteúdo já vinha totalmente preparado por representantes das classes dominantes.

A grande inovação dos *Avisos* e das *Zeitung*, dos séculos XIII e XIV, é que eram direcionados a públicos abertos, ao contrário das *Acta Diurna* dos romanos do século I a.C., considerados os predecessores dos jornais murais de hoje e que, como tal, destinavam-se a pequenos públicos específicos. O conteúdo das *Acta Diurna* era basicamente governamental (do Senado ou do César), ao passo que os outros dois eram financiados por interesses privados. Pode-se dizer que os dois mais recentes representam a primeira grande quebra de monopólio dos interesses do Estado e da Igreja sobre os meios de comunicação.

Os registros históricos do jornalismo, pesquisados por Lage (2001),⁹ mostram que os jornais mais antigos publicados de forma periódica surgiram na Alemanha, em 1609. Seguem registros posteriores a essa data na Bélgica, com a publicação do *Nieuwe Tijdingen* de 1616, na França em 1631, com a publicação do *Gazzete*, e na Inglaterra, que em 1665 publicou o *London Gazette*.

As gazetas semanais começam a se espalhar pela Europa com a invenção dos tipos móveis atribuída a Gutenberg. Esses periódicos publicavam notícias da Europa e, eventualmente, incluíam algumas informações trazidas da Ásia ou da América. Os temas recorrentes nos jornais franceses eram os escândalos da família real inglesa, e os jornais ingleses, por sua vez, relatavam as derrotas militares da França.

Os conteúdos dos jornais começaram a se voltar mais para assuntos cotidianos e locais a partir da segunda metade do século XVII, mas já sob os olhares da censura, e raramente podiam abordar temas que fossem considerados perigosos para o governo ou que incitassem o povo a ações oposicionistas.

A burguesia fez uso dos jornais para difundir a ideia de livre comércio e livre produção, e o Estado recorreu a eles para transmitir sua ideologia. Além de instrumento da ideologia burguesa e de proteção dos interesses do Estado, a defesa da livre expressão ganhou força em outro período histórico: “Dois acontecimentos tornaram possível essa liberação, após mais de um século de restrições e constrangimentos: a) a Revolução Industrial; e b) o papel particular que a publicidade assumiria na vida dos jornais” (Lage, 2001, p.25).

A Revolução Industrial aumentou a dependência econômica a que a imprensa estava submetida, uma vez que também aumentou sua tiragem e seu

alcance público. Entretanto, é imprescindível dizer que a Revolução Industrial apenas aumentou a proporção dessa dependência, pois em tempo algum ela pôde julgar-se livre. O que ocorrerá posteriormente serão iniciativas emancipatórias que, se não visam atender os interesses do capital, terão como função estabelecer um poder contra-hegemônico.

JORNALISTA: UM SUJEITO OCULTO

Genro Filho (1987, p.216) acredita que o jornalismo “volta-se à ideologia burguesa, patrocinando formas cada vez mais intensas e sofisticadas de controle e manipulação do processo informativo”. Nesse sentido, esse chamado jornalismo burguês traz em seu discurso a ocultação do sujeito que produz a informação, como se não houvesse intermediação entre o fato e o público.

Uma crítica política recorrente afirma que o sujeito oculto no jornalismo por meio da objetividade do discurso possui intenções estritamente voltadas à manipulação. Como afirma Genro Filho (1987), a proposta dessa crítica é a revelação do sujeito. Entretanto, no jornalismo moderno, com base na produção coletiva e industrial da informação, não há espaço para o sujeito individual. De fato, o jornalista aqui detém a voz do sujeito social que só pode ser identificado nas contradições de classe e nos interesses de grupos.

As tecnologias trouxeram também novos veículos de comunicação como o rádio, a fotografia, a televisão, as revistas e a internet. Entretanto, no contexto histórico sobre a imprensa, foi no jornal impresso que se deu a mais importante configuração do jornalismo. Todas as mudanças posteriores foram de ordem muito mais técnica e de linguagem que propriamente de conteúdo e, principalmente, de objetivos.

Para que se possa entender como se dão essas transformações e as contradições que as originam, parte-se da afirmação de que “os brasileiros têm uma vocação ‘macunaímica’, ocasionada pela nossa capacidade antropofágica de deglutiir os modelos importados, transformando-os em sucedâneos mestiços, duráveis, resistentes e utilitários”.¹⁰

Tomando o conceito proposto por Marques de Melo, inicia-se a discussão partindo do período denominado por ele de autonomização, o atual portanto, que corresponde ao século XXI. A afirmação de Marques de Melo (2007, p.31) de que “não obstante o pensamento jornalístico brasileiro venha

demonstrando vigor analítico e vigilância crítica, no início do século XXI, o clima reinante no interior da academia revela-se distante, defasado, descompromissado” com relação ao que ocorre no âmbito da sociedade.

Para o autor, esse clima foi favorecido pela crise de identidade vivenciada pela profissão, acuada pelas forças sociais contrárias à reserva de mercado aos jornalistas que tivessem formação universitária. Algumas iniciativas, como a criação da Sociedade Brasileira dos Pesquisadores em Jornalismo, em 2003, e a realização de congressos anuais tentam resgatar o que se chama de espírito corporativista. Todavia, sabe-se que, apesar dessas tentativas, atualmente não há mais a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista.

Todo esse clima de desvalorização profissional do jornalista e a chamada crise da imprensa a que se referiu Sodré (1999)¹¹ encontram na história da profissão e da própria imprensa os seus principais motivadores. Constatata-se também que os instrumentos de censura mudam de acordo com a época, com o sistema político e com o modo de organização da sociedade. Entretanto, a censura, tal qual se localiza hoje, encontra seus correspondentes em várias outras etapas de desenvolvimento da sociedade brasileira.

Tomando como ponto de partida a chegada da imprensa ao Brasil, já se encontram duas contradições: a primeira se refere ao fato do seu início tardio (até mesmo se comparada a outros países da América Latina); a segunda, às próprias características ‘macunaímicas’ da cultura nacional, que permitiram a influência europeia e norte-americana na imprensa e no jornalismo brasileiro.

Sodré (1999) inicia seu relato pela Imprensa Colonial, a primeira do país, que chega, oficialmente, com a vinda da corte de d. João VI ao Brasil e que, segundo ele, já nasce sob o olhar rigoroso de Portugal e do governo instituído em terras brasileiras com a Família Real.

Uma gráfica oficial, com equipamentos trazidos de Portugal na vinda da Família Real para o Brasil, publicou pela primeira vez em 10 de setembro de 1808 a *Gazeta do Rio de Janeiro*. D. João VI lia todas as matérias antes de irem ao prelo e absolutamente tudo o que era impresso no Brasil passava por essa censura que determinava o que podia ou não ser publicado, de acordo com os interesses do país colonizador e, portanto, da Família Real.

Os intelectuais que se apresentaram no Brasil para a atividade jornalística receberam forte influência europeia, sobretudo portuguesa. O poder político

e econômico estava nas mãos dos beneficiados pela corte portuguesa, e estes não tinham intenção de se indispor com os colonizadores.

O *Correio Braziliense*, cuja primeira publicação se deu em 1º de junho de 1808 – anterior portanto à *Gazeta do Rio de Janeiro* –, editado na Inglaterra por Hipólito José da Costa, considerado hoje o patrono da imprensa brasileira, desde as primeiras edições veiculou traduções do escritor alemão Johann Benzenberg abordando a necessidade da liberdade de imprensa.

Pode-se, de fato, afirmar que a imprensa surge no Brasil já prevendo a censura que iria encontrar pela frente. Mesmo editado em terras estrangeiras, o *Correio Braziliense* introduziu no país o discurso sobre a necessidade de uma imprensa livre, ideal que estava sendo amplamente discutido, nessa época, em terras europeias e norte-americanas.

A *Gazeta* passou a se denominar *Gazeta do Rio* a partir de 29 de dezembro de 1821, e com a Proclamação da Independência deixou de circular, surgindo em seu lugar, com o mesmo objetivo, o *Diário Fluminense*, de propriedade do governo de Pedro I, e posteriormente o *Diário do Governo*, de Pedro II, todos como órgãos da imprensa oficial. Ainda no ano de 1821, a publicação de um panfleto sem autoria – embora se soubesse que fora escrito pelo comendador e coronel francês F. Caille de Geine, com ciência de d. João VI – argumentando que a Família Real deveria ficar no Brasil, causou tanta polêmica que acabou sendo recolhido. Entretanto, o episódio serviu como incentivo à publicação de impressos com opiniões sobre a política do Brasil e a defesa de sua Independência de Portugal.

O *Folheto de Caille*, como ficou conhecido, foi o inspirador de muitas publicações posteriores desse gênero, todas com a mesma defesa. O fato de o texto ter sido atribuído a um cidadão comum estimulou novas publicações e foi entendido como indício da liberdade de expressão.

Pode-se fazer uma analogia entre o sentimento despertado na sociedade da década de 1820, no que tange à liberdade de expressão, e o que ocorre hoje, principalmente por meio do Jornalismo Cidadão ou do Jornalismo das Fontes. O fim da exigência de diploma para o exercício profissional de jornalismo, hoje, desperta na sociedade o mesmo tipo de sentimento com relação à liberdade de expressão que marcou a década já mencionada. Ou seja, qualquer cidadão comum, como disse Lustosa (2000),¹² pode vir a público emitir sua opinião.

O que chama atenção nessa analogia entre os dois períodos históricos é que tanto na década de 1820 quanto na sociedade atual, o anonimato aparece como uma marca presente em grande parte dessas publicações. Pode-se entender o objetivo desse anonimato no passado, o qual se configurou como instrumento em busca da liberdade de expressão e, portanto, de imprensa. Todavia, sua permanência ou ressurgimento nos dias atuais, aparentemente, não faz sentido na medida em que se configura como uma contradição ao sistema democrático em vigor.

Esse posicionamento de indivíduos atrás do anonimato impede que se estabeleça “um diálogo mais democrático e verdadeiro, como apregoado pelos defensores do jornalismo cidadão”.¹³ Apreende-se esse anonimato, presente em uma sociedade democrática, como a má utilização de um espaço aberto, apropriado para a materialização das ideologias de forma a organizar as representações sociais do grupo ao qual pertencem e que, consequentemente, deverão orientar suas práticas e sua produção social.

A má utilização se justifica pelo fato de, apesar de anonimamente, emitirem conceitos. Estes são facilmente destruídos pela falta de credibilidade hoje vinculada à opinião emitida de forma anônima em uma sociedade democrática, diferentemente do que constituiu a presença do anonimato nas sociedades sob o domínio da censura política. Nesse caso, o público estava preparado para ler nas entrelinhas o anonimato, em virtude da coerção física e psicológica que poderia ser imposta ao jornalista que, no exercício do seu trabalho, ferisse, de alguma forma, os interesses do Estado.

Em 1821, com o fim da censura prévia à imprensa, multiplicaram-se as publicações a circular no Brasil, como reflexo das condições políticas que rumavam para o processo de Independência do país. Houve uma verdadeira epidemia de panfletos e pequenos jornais.

Apesar de não ter evoluído muito, o jornalismo produzido no Período Colonial foi de extrema importância no processo da Independência brasileira. De maneira conflitante, a imprensa passou da Fase Colonial para a da Independência. O conflito refletia as diferenças de opinião acerca da Independência e trazia para as páginas dos jornais esse confronto, muitas vezes com acusações e censura acirrada.

O jornalismo da época, profundamente ideológico e militante e que se configurou como um dos principais instrumentos políticos e revolucionários,

era estritamente de opinião. Sodré (1983) relata que os jornais publicados eram um reflexo do debate político que se travou primeiro em torno da questão da Independência e, em seguida, sobre a estrutura do Estado nacional a ser construído a partir da separação de Portugal.¹⁴

Os ideais republicanos conquistaram a imprensa. Jornais defendiam a República e a libertação dos escravos. O movimento abolicionista era cada vez mais forte. Essa época marca um jornalismo mais idealista, que se divide entre os republicanos e os abolicionistas.

Apesar da liberdade parcial do início do século XIX, os jornalistas eram constantemente submetidos às mais variadas arbitrariedades. Ressalte-se ainda que a irregularidade e a efemeridade eram características dos veículos de comunicação daquela época: “Como estavam ligados às lutas do seu tempo, os jornais seguiam a dinâmica dessas lutas. Os periódicos apareciam e desapareciam, conforme os conflitos nos quais estavam envolvidos iam se configurando ou reconfigurando”.¹⁵

O fim da Censura Prévia ofereceu oportunidade ao desenvolvimento de outras publicações, e assim surgiram os chamados pasquins que marcaram o estilo da imprensa brasileira na época, por representarem um jornal feito por uma única pessoa, na maior parte das vezes de forma anônima. Estes permaneceram sendo publicados da Regência até o final da primeira metade do século XIX. Embora fosse um tipo de jornalismo político, era composto de vozes desconexas, sem uma causa a lhes unificar a ação.

Ao lado dessa imprensa considerada político-panfletária surgiram alguns pequenos jornais independentes, mas já organizados sob a lógica empresarial. Esses periódicos podiam ser liberais ou conservadores, contudo objetivavam mostrar uma imparcialidade que parecia indiferença diante dos acontecimentos.

Em 1831, a imprensa ajudou a preparar um momento favorável ao afastamento do imperador. Exerceu, nessa época, uma função de agitadora nos momentos mais tensos e decisivos. O período seguinte, por volta de 1840, foi marcado por uma conciliação entre conservadores e liberais que se uniram em torno da figura de d. Pedro II para apoiá-lo. Os reflexos na imprensa foram visíveis: esta recuou em seu discurso político e aproximou-se do texto literário. Muitos dos principais autores do Romantismo Brasileiro tornaram-se

conhecidos e se consagraram como grandes escritores pelo seu trabalho nas oficinas artesanais onde se produziam os jornais da época.

A partir da segunda metade do século XIX o Império estava estruturado, e o jornalismo político, representado principalmente pelos pasquins, enfraqueceu e passou a refletir outros temas da organização urbana. A imprensa acompanhou as transformações da época, como por exemplo, o aparecimento da mulher como público leitor. Com isso, surgiram as sessões dedicadas a ela, com sonetos, moda e cartas de amor. A linguagem jornalística passou a ser mais leve, não carregava mais a criticidade e a ironia como marca, tornou-se uma linguagem mais literária.

Os anos de 1850 marcaram o estilo de um jornal mais conservador, e a época é marcada por escritores, e não jornalistas por formação. A grande maioria havia cursado a Faculdade de Direito, em Lisboa, e passou a escrever nos jornais.

Em 1875 nascia *A Província de São Paulo*, que mais tarde passou a chamar-se *O Estado de S. Paulo*. A chamada imprensa republicana já veiculava 74 jornais no país. De acordo com Fonseca (2004), *A Província de São Paulo* foi o primeiro jornal brasileiro a ser organizado como empresa, resultou da iniciativa de um grupo de comerciantes, fazendeiros, empresários e jornalistas de São Paulo. Apesar de seus fundadores terem fortes vínculos com o Partido Republicano, o jornal foi apresentado ao público como independente e comprometido com uma organização empresarial. O mesmo ocorreu com o *Jornal do Brasil*, de 1891, no Rio de Janeiro, e com o *Correio do Povo*, de 1895, no Rio Grande do Sul.

Com a Proclamação da República Brasileira (1889) a grande imprensa continuou com a mesma força, dividindo-se em republicana, com mais prestígio, e monarquista, mais combatente, como afirma Sodré (1999). Ainda na Primeira República ocorre a fundação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), cujo objetivo era assegurar à classe jornalística os direitos assistenciais e tornar-se um centro poderoso de ação. De acordo com Gustavo Lacerda, seu fundador, a associação deveria ser um campo neutro em que se pudessem abrigar todos os trabalhadores da imprensa.

Um ano antes, em 1888, com a Abolição da Escravatura, a mão de obra começou a ser substituída nas lavouras brasileiras. Os imigrantes europeus chegavam ao país como alternativa ao trabalho escravo, fato histórico que

proporciona um elemento importante para a análise do jornalismo no período. O jornalismo brasileiro, tal qual ocorreu nos Estados Unidos anteriormente, ganha uma função educativa, no sentido didático e doutrinário.

É exatamente ao usarem a função de educação política de seus membros e ao buscarem espalhar seu ideal na comunidade que os anarquistas passam também a utilizar os jornais e impressos para divulgar suas doutrinas. No anarquismo, os jornais eram fatores imprescindíveis para os movimentos operários. Eram verdadeiros instrumentos de ampliação da consciência de classe operária e da divulgação dos seus debates.

Com isso, a missão do jornalista não se limitava a difundir ideias, a educar politicamente ou a atrair aliados políticos. Na concepção do anarquismo, o jornal não era apenas um agente coletivo de propaganda, mas também um organizador social. Uma característica marcante é o fato de que na imprensa anarquista não existia a figura do repórter, pois suas matérias eram colaborações, quase sempre de trabalhadores, associações e sindicatos.

A imprensa anarquista constituiu-se como uma alternativa à imprensa capitalista, e mesmo diante da dificuldade de mantê-la com pouca ou nenhuma publicidade, a ideologia foi uma fonte de recursos para sua manutenção. O jornalista, enquanto profissional da imprensa, não participou desse momento tão importante do jornalismo brasileiro. Claro que muitos jornalistas eram simpatizantes das ideias anarquistas e, desta forma, alguns também participaram desses movimentos, mas pelos seus ideais que pela atividade profissional propriamente dita.

No fim do século XIX, os jornais de estrutura artesanal começaram a ser, definitivamente, substituídos por empresas jornalísticas com organizações mais complexas, providas de equipamentos gráficos mais modernos e sofisticados. Os processos de produção da imprensa foram modernizados e as tipografias perderam suas características artesanais, no intuito de se tornarem indústrias gráficas.

Em 1900 a República e a imprensa estavam consolidadas e esta última adquiriu, definitivamente, características empresariais. O jornalismo individual acabou e deu lugar à grande empresa, mas com esse fato a imprensa ficou sob o domínio total do Estado e do capital.

A organização da imprensa sob uma estrutura empresarial, movimento que se iniciou entre os jornalistas e depois atraiu alguns empresários da

comunicação, tinha como objetivo principal libertar a imprensa do controle exercido pelos grupos políticos e, também, do aparelhamento dos jornais na disputa pelo poder político.

O desenvolvimento técnico e a organização marcam a imprensa das primeiras décadas do século XX, considerada representante do início do que seria chamado de indústria cultural, segundo Fonseca (2004). Mais tarde, já no Estado Novo (1937-1945), a imprensa brasileira deixou totalmente os objetivos ideológicos do jornalismo político e ampliou o espaço para uma intensa corrupção de jornais e jornalistas. Vargas criou, em 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que teve forte atuação junto a todos os meios de comunicação, sobretudo o rádio e os jornais impressos. Cabia ao DIP a tarefa exclusiva de cuidar de toda a publicidade e propaganda dos órgãos do governo e da administração pública federal, assim como de todas as suas autarquias.

O Estado Novo controlava com mãos de ferro qualquer crítica ao sistema político. A imprensa foi declarada um instrumento de utilidade pública, o que obrigava os jornais a publicarem os comunicados do governo. Entende-se que, nessa época, a atividade do jornalismo foi extremamente cerceada e construiu uma imagem do Estado Novo conforme o modelo pretendido pelo governo. Foi um período de grande perseguição aos jornalistas que intencionassem publicar qualquer nota contrária aos interesses governamentais, com prisões e cassação de registros.

As mudanças que o jornalismo sofreu a partir de então podem ser justificadas por meio do contexto político e econômico que se desenhou na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e aproximou o jornalismo brasileiro do modelo norte-americano, uma ausência de distanciamento que perdura até os dias atuais.

O governo getulista manteve posição neutra com relação à guerra até 1941, e somente no início de 1942, quando submarinos alemães atacaram navios mercantes brasileiros, Getúlio acabou por declarar guerra aos países do Eixo. Isso abriu para o país algumas oportunidades de apoio junto aos Estados Unidos, e após a Segunda Guerra Mundial (1945) o jornalismo brasileiro passou a receber forte influência norte-americana e do capital estrangeiro.

Essa influência ganhou força com as relações políticas e comerciais entre Brasil e Estados Unidos e não ficou restrita ao oferecimento de modelos para

produzir jornalismo. Passou por diversas áreas e envolveu a mecanização das redações com equipamentos gráficos e a participação acionária em veículos nacionais, e culminou com a intervenção na formação acadêmica de jornalistas.

A profissão de jornalista, durante o Estado Novo, não era regulamentada, tampouco havia uma formação específica universitária para esse profissional no Brasil. É nesse período que se iniciam mais fortemente as discussões sobre essa formação. Entretanto, somente em 1947 essa formação seria concretizada como profissão, cujo exercício legal dependeria do diploma de graduação em uma Escola de Jornalismo. Assim foram conhecidas essas instituições no início da formação universitária, mas depois passaram a ser denominadas Escolas de Comunicação, após intervenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), por meio da criação do Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo (Ciespal).

No Brasil, especificamente, como cita Sodré (1999), as crises da imprensa são constatadas tanto quanto no restante dos países de sistema capitalista, apesar de se darem em épocas distintas. Entretanto, as peculiaridades da crise na imprensa nacional da primeira metade do século XX passam pela aquisição do papel importado e, assim, embutem em seu debate o câmbio e o comércio exterior.

As dificuldades enfrentadas pela imprensa da época surgem na análise de alguns fatos pontuais como, por exemplo, a dívida das grandes organizações de imprensa com os bancos estatais, como o Banco do Brasil e Caixa Econômica do Estado de São Paulo durante o Governo Vargas. Esse endividamento deveu-se em grande parte à reestruturação para acompanhar os avanços tecnológicos que permitiriam a ampliação no sistema de impressão e uma maior amplitude nos canais de comunicação que garantem a chamada comunicação de massa.

A liberdade política parcial que a imprensa da época havia conseguido graças ao poder econômico associado à publicidade foi novamente perdida, uma vez que muitos veículos contraíram dívidas com os governos federal ou estadual.

Os grandes grupos de comunicação do país, como *Folha da Manhã*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, articularam-se e fundiram-se com o capital externo a partir do final da década de 1950. As empresas já existentes ampliaram-

-se e incorporaram revistas, emissoras de rádio e televisão, realidade que persiste ainda hoje.

O Golpe de 1964 no Brasil representou o início de vários acontecimentos que constituíram o ciclo de ditaduras militares em toda a América Latina, e suas consequências ainda são sentidas hoje, pois foram responsáveis pela estruturação do Estado brasileiro.

Nesse contexto, a imprensa marcada pela ditadura brasileira, principalmente até 1980, oferece elementos de análise ofuscados pela censura rigorosa da época. Apesar disso, de maneira geral, o jornalista em atuação nessa época é um profissional com visão bastante crítica, embora também tolhido pelas vias do controle político e econômico vivido nessas décadas.

O período ditatorial, no Brasil, foi uma época de difícil atuação para os jornalistas, mas, apesar das dificuldades, havia uma inquietude por parte daqueles que compunham a imprensa e que não se deixavam intimidar. Usavam como recursos como o anonimato e a publicação de jornais clandestinos, e muitos jornalistas se expunham diante da sociedade, mesmo sabendo das punições que lhes seriam aplicadas. Essas atitudes, contradicoriatamente, acabaram por fortalecer o jornalismo do período, dando-lhe credibilidade e legitimidade.

A história da imprensa dispõe de inúmeros relatos de jornalistas e até mesmo proprietários dos meios de comunicação da época que não se submetiam às ordens do governo. Alguns jornalistas optavam por utilizar pseudônimos, outros ainda se declaravam publicamente contrários ao governo e o criticavam em seus artigos. Estes foram vítimas de torturas ou mortes, quando não de empastelamento das redações e cassação de registros.

As tentativas de emancipação a essa censura violenta, imposta pelo regime militar, custaram caro aos jornalistas que defendiam suas posições ideológicas contrárias às do governo. Foram separados, de um lado, os donos da produção que se submeteram aos interesses do governo e com eles comungaram, e do outro, aqueles que se declararam opositores a tais interesses. Além de não receberem os incentivos governamentais, estes sofriam represálias constantes.

Os primeiros aderiram à modernização dos seus parques gráficos e foram se transformando em grandes empresas. Os últimos, aos poucos, foram sendo extintos por falta de viabilidade financeira ou por retaliação do governo militar

com torturas, exílios e cassação de registros, entre outros instrumentos de controle.

O surgimento de novos títulos e as reformas gráficas, editoriais e administrativas implantadas pelas publicações já consolidadas, como o próprio *Jornal do Brasil*, no final dos anos 1950, caracterizaram um período considerado de modernização da imprensa brasileira. Essa modernização, decorrente do crescimento empresarial no país e da profissionalização, vai preparar a mídia jornalística para ingressar no período das indústrias culturais, o que ocorre a partir do final da década de 1960, consolidando-se na seguinte.

De acordo com Fonseca (2004), a constituição das empresas de comunicação do Brasil em indústrias culturais é um fenômeno que está diretamente vinculado à entrada do país na fase monopólica do capitalismo internacional. No Brasil, assim como nos países de capitalismo avançado, ela se realizou sob regimes de acumulação distintos.

Nas décadas de 1970 e 1980, sob a influência do fordismo, observa-se a plena subordinação do jornalismo à lógica capitalista; a partir dos anos 1990, no período pós-fordismo, “o regime de acumulação dominante no início do século XXI, tem-se um aprofundamento dessa subordinação, desse caráter mercadológico da informação, que passa a ser um dos instrumentos de lucro e poder mais importantes nas sociedades contemporâneas” (Fonseca, 2004, p.7).

Lage (2001) revela que o conceito da objetividade ganha maior valor nesse período, destacando que a notícia que importa não é a desprovida de emoção, mas sim aquela que é narrada pelo jornalista, sem o envolvimento próprio do jornalismo opinativo. Genro Filho (1987) também acredita que é nesse período que se consolida o jornalismo informativo.

Foi marcado assim o final de uma época na qual a notícia era sempre redigida com comentários e adjetivada. Também mudaram os temas da notícia, e ao lado das questões políticas, econômicas, literárias ou científicas surgiram informações sobre acontecimentos banais e até rotineiros, mas que, cada vez mais, despertavam interesse nos novos leitores e ocuparam um espaço crescente nos jornais.

A notícia passou então a ser depreciada, pois além de se tornar um produto industrial, foi direcionada para a comunicação de massa. É justamente nesse sentido que ganhou força a Teoria da Alienação das Classes Sociais.

O jornalismo que se configura hoje sofreu mudanças radicais ao longo de toda a sua história e passou a ser constituído e, talvez, normatizado e normalizado pelo discurso da ética da liberdade capitalista pós-moderna. Como diz Marshall (2003), a constituição da nova estética que estrutura as empresas jornalísticas passa a relativizar os conceitos de verdade, de realidade e de informação.¹⁶

SÍNTESSES POSSÍVEIS

A reconstrução histórica da imprensa e do jornalismo que se configurou permite apreender que os governos, desde a época do Império até os dias atuais, sempre utilizaram instrumentos de controle em nome da manutenção da ordem da sociedade capitalista. Todavia, o que fica claro é que as formas de controle utilizadas estão cada vez mais subliminares e, muitas vezes até, imperceptíveis.

A forma clara de controle que se dá durante o período ditatorial brasileiro desapareceu diante da sociedade democrática que se vislumbrou a partir de 1985, com o movimento denominado Diretas Já, cuja data marca o fim da Ditadura Militar no Brasil.

O discurso da liberdade de expressão e, portanto, de imprensa, que justificou o fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional do jornalista no ano de 2009, de fato, é apenas retórica. Essa liberdade que seria garantida pelo fim da censura política ganha contornos cada vez mais complexos e, na maioria das vezes, imperceptíveis aos olhos do público, muitas vezes até do próprio jornalista.

Durante a ditadura, o público, conhecedor da censura prévia, conseguia ler as proibições nas entrelinhas dos jornais. O empastelamento das redações, a prisão de jornalistas e até a sua apregoação em praças públicas serviam como indícios da censura se fazendo presente junto à imprensa brasileira.

Já a sociedade democrática brasileira atual traz algumas falsas ideologias, vendidas, cotidianamente, através do jornalismo e que perderam qualquer anseio de emancipação. O discurso da equivalência, em que todos são iguais perante a lei, o direito de ir e vir e a liberdade de expressão, acessibilidade e inclusão são alguns exemplos que mascaram o controle social e não propiciam

que se desperte para a necessidade de emancipação, pois há a sensação de uma sociedade em total liberdade.

Hoje, encontra-se um jornalismo vítima não apenas da censura vinculada à publicidade que financia suas atividades, mas de uma censura dos discursos de liberdade e igualdade propostos pelo Estado, encampados pela mídia e vendidos à opinião pública. Ambos os tipos de controle se concretizam na pior de todas as censuras que o jornalista poderia enfrentar e que não nasceu hoje, mas sim, evoluiu com os movimentos da sociedade capitalista – a autocensura.

NOTAS

¹ A tese de Cristiane Hengler Corrêa Bernardo foi desenvolvida com bolsa do CNPq.

² GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê, 1987.

³ NEVEU, Érik. *Sociologie du journalisme*. Paris: La Découverte, 2001.

⁴ SERRANO, Estrela. Érik Neveu (2001). *Sociologie du journalisme. Media & Jornalismo*, v.1, n.2, p.151-154, abr. 2003.

⁵ MEDINA, Cremilda de Araújo. *Notícia: um produto à venda*. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1978.

⁶ TRAQUINA, N. *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2005.

⁷ De acordo com a teoria do jornalismo corresponde à primeira parte da notícia e deve responder às questões: quem, o quê, quando, como, onde e por quê.

⁸ Técnica em que os fatos mais interessantes são utilizados para abrir o texto jornalístico, enquanto as de menor relevância aparecem na sequência.

⁹ LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Florianópolis: Insular, 2001.

¹⁰ MELO, J. Pensamento jornalístico: a moderna tradição brasileira. *Intercom Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, América do Norte, 30, set. 2007. p.17, grifos no original. Disponível em: <http://200.144.189.84/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/97/90>; Acesso em: 17 nov. 2008.

¹¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

¹² LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹³ TARGINO, Maria das G.; CARVALHO, Cristiane P.; GOMES, Alisson D. Centro de Mídia Independente Brasil: Jornalismo Cidadão e Democracia Representativa. *Comunica-*

ção & Inovação: revista científica da USCS, São Caetano do Sul (SP), v.9, n.16, p.50-66, 2008.

¹⁴ SODRÉ, Muniz Cabral. *A comunicação do grotesco: introdução à cultura de massa no Brasil*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1983.

¹⁵ RIBEIRO, Ana Paula G. A imprensa da independência e do primeiro reinado: engajamento e mercado. In:

CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 5. *Intercom*. São Paulo, 31 maio a 2 jun. 2007. p.2. Disponível em: www.intercom.org.br/papers/outrahmidia2007/resumos/R0199-1.pdf; Acesso em: 10 maio 2008.

¹⁶ MARSHALL, Leandro. *O jornalismo na era da publicidade*. São Paulo: Summus, 2003.

Artigo recebido em 31 de julho de 2012. Aprovado em 4 de outubro de 2012.